

CPI convocará Fiúza outra vez

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) será convocado mais uma vez para depor. O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), levará a proposta ao plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito, na próxima semana. O novo depoimento de Fiúza deverá acontecer na Subcomissão de Emendas, de acordo com o senador Passarinho.

O presidente da CPI considera necessária a nova convocação, diante dos esclarecimentos de José Carlos Alves dos Santos, feitos no último dia 5, relativos às subvenções pagas pelo Ministério da Ação Social em 1992, quando o Ministério era chefiado por Fiúza. O ex-assessor do Senado informou que a maioria das entidades atendidas com liberação de verbas pelo então ministro da Ação Social constava de relação entregue a ele, José Carlos, pelo deputado João Alves (PPR-BA). Uma das relações levadas a José Carlos englobava entidades já acertadas com o ex-ministro pelos deputados João Alves e Genebaldo Correia (PMDB-BA).

Genebaldo — A Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento concluiu que, pela declaração de Imposto de Renda do deputado Genebaldo Correia (BA), o líder licenciado do PMDB cometeu crime de sonegação fiscal. Genebaldo não declarou os US\$ 52 mil pagos ao deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) em 1989, por intermédio de três cheques — dois de 24 mil dólares e outro de 4 mil dólares.

Na declaração de renda de Genebaldo não há nenhum rendimento de poupança ou aplicação que justifique a origem dos 52 mil dólares. Também não constam fazendas. Só uma chácara na Bahia e três apartamentos. “É a declaração de uma pessoa pobre, sem nada de excepcional”, disse o deputado Pedro Pavão (PPR-SP), integrante da Subcomissão Patrimonial e Fiscal da CPI do Orçamento. Pavão analisou cuidadosamente a declaração de Genebaldo, que vai prestar depoimento à CPI na semana que vem.

Desde que foi citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos, ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, como um dos principais líderes da máfia do Orçamento, Genebaldo está sendo investigado pela CPI. Ele teve os sigilos bancário e fiscal quebrados. De acordo com informações de parlamentares pertencentes à CPI, o volume de dinheiro movimentado pelo líder licenciado do PMDB é grande, muito superior ao vencimento que o deputado recebe.

Depoimentos — Na terça-feira, às 15h, a CPI do Orçamento vai ouvir o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP); na quarta, sem hora marcada, o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG); e na quinta, às 9h30, o deputado Genebaldo Correia. Os três integram a lista dos sete anões do Orçamento, todos acusados de desvio de verbas públicas por José Carlos.

Os membros da CPI estão se

preparando para questionar os três deputados sobre seu envolvimento no esquema. O deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) pediu ao Serviço de Processamento de Dados do Senado que apresse o cruzamento das informações sobre patrimônio e movimentação bancária desses parlamentares.

Até agora, 80 por cento dos extratos bancários de todos os que tiveram seu sigilo quebrado já estão processados. O que está atrasando é o processamento dos cheques emitidos e recebidos e o cruzamento das informações das Subcomissões de Bancos e Patrimônio.

Zaire Rezende admitiu que a CPI pode se reunir sem todas as informações que precisa, porque o processamento dos dados está sendo prejudicado pela demora na remessa dos documentos e pelo volume de informações que a comissão já arrecadou. A previsão mais pessimista é de que somente até o final da próxima semana o cruzamento total dos dados estará completo. Mais otimista, o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) acredita que o trabalho pode estar quase todo completo já na segunda-feira.

João Alves e Cid Carvalho já prestaram depoimento à CPI. Ambos entraram em contradição com as provas materiais colhidas até agora e deverão ter o mandato cassado. A CPI vai ouvir ainda José Carlos Vasconcelos, Sérgio Guerra (PSB-PE). Fábio Ruhnheitti (PTB-RJ) e Feres Nader (PTB-RJ).